PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELA SOBRAL DE MEDEIROS BONDIOLI

RESUMO

Este artigo aborda o tema “práticas de alfabetização na educação infantil”, entendendo que nesse âmbito de ensino o professor tem seu trabalho focado na leitura para a criança de 5 e 6 anos. A pesquisa enfatiza a análise das concepções e aprendizagem da leitura e com isso busca verificar quais os desafios encontrados pelos professores na alfabetização e desenvolvimentos das crianças. Este trabalho apresenta como objetivo geral: compreender o processo de alfabetização e como se dá a prática docente no desenvolvimento das crianças que estão nessa fase. Por entender a educação como um processo contínuo em que a criança está sempre aprendendo, percebeu-se como relevante realizar este estudo, no sentido de refletir sobre como alfabetizar, qual a melhor prática a ser utilizada na alfabetização. Nesse sentido, essa pesquisa buscou responder o problema: como e quais metodologias o docente desenvolve em sua prática de alfabetização infantil? A justificativa pela escolha desse tema surgiu por entender que as práticas docentes desenvolvidas no processo de alfabetização precisam ser revistos e melhorados, oportunizando às crianças uma aprendizagem significativa e que lhe permita autonomia para prosseguir seguramente seus estudos. A metodologia da pesquisa aplicada foi a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica que se baseia em leituras de textos impressos e digitalizados, bem como livros sobre o tema proposto, sempre à luz de autores renomados sobre o assunto, como: Kramer, Soares, Freire e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Formação; Conhecimento; Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

A temática abordada neste estudo apresenta questões que envolvem a prática de alfabetização na educação infantil e o ensino da leitura para a criança de 5 e 6 anos. O foco da pesquisa é a análise das concepções e aprendizagem da leitura e escrita e com isso busca verificar quais os desafios encontrados pelos professores na alfabetização e desenvolvimentos das crianças.

Sabe-se que o processo de alfabetização vai além de ensinar habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético, abrange o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais (SOARES, 2003).

A alfabetização depende essencialmente da prática docente e o letramento, se liga à alfabetização, como algo interligado, enraizado, arraigado, dos estímulos que esta possa agregar aos conhecimentos que a criança já possui dos contextos sociais aos quais integra em sua vida extraescolar. Dessa forma, este artigo apresenta como objetivo geral: compreender o processo de alfabetização e como se dá a prática docente no desenvolvimento das crianças que estão nessa fase.

Sabendo que a educação é um processo contínuo e que a criança está sempre aprendendo, entendeu-se como relevante realizar este estudo, no sentido de refletir sobre como alfabetizar, qual a melhor prática a ser utilizada na alfabetização na educação de crianças. Para tanto, essa pesquisa buscou responder o problema: como e quais metodologias o docente desenvolve em sua prática de alfabetização infantil?

Considera-se que no campo da educação existam práticas de alfabetização que se apresentam mecânicas, formais e repetitivas. Essas atividades, na maioria das vezes, são apresentadas à criança, pelos professores, como única estratégia de ensino. Muitas vezes a criança sequer sabe o significado de algumas atividades, apenas segue a um modelo de alfabetização que cumpre a função maçante e cotidiana em sala de aula. A escolha do tema se justifica por entender que as práticas docentes desenvolvidas no processo de alfabetização precisam ser revistos e melhorados, oportunizando às crianças uma aprendizagem significativa e que lhe permita autonomia para prosseguir seguramente seus estudos.

Há práticas que deixam a criança retraída, sem liberdade para expor qualquer sentimento, ou opinião. Deixando transparecer que a criança, não tivesse capacidade de entender ou pensar diferente. Enfatizando, só, simplesmente a importância de uma leitura sem interpretação, ou, uma escrita sem significado.

As práticas e os métodos realizados pelos profissionais na alfabetização infantil, nem sempre são garantia de que as crianças aprenderam ou que está dando certo. Dessa forma, é preciso pensar e repensar sobre estas práticas tradicionais que são utilizadas, o que elas têm de positivo e que pode ser utilizado pelo professor e o que possuem de negativo e não acrescentam em nada o ensino-aprendizagem, ao contrário, só atrapalham. Freire (2011, p. 11) ensina, a esse respeito, que é preciso, na alfabetização:

Ele ainda afirma que o ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compressão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisas que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedi-

dos do aprender como escrever o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo.
Segundo Ferreiro (2011) considera, atualmente, a alfabetização não como um estado, mas como um processo contínuo que começa bem cedo e não termina nunca, o conceito de alfabetização, segunda a autora, mudou em decorrência das pesquisas realizadas da época atual, da cultura e da tecnologia, assim, a ideia de que a criança é dependente do adulto (para aprender) e de aprende somente na escola é um retrocesso. Ela aprende nas associações que faz, na sociabilização na qual vive e na leitura de mundo que desenvolve.
As primeiras escritas infantis aparecem no ponto de vista gráfico, como linhas onduladas ou quebradas (ziguezague), contínuas ou fragmentadas, ou então como uma série de elementos discretos repetidos (series de linhas verticais, ou de bolinhas). A aparência gráfica não é garantia de escrita, a menos que se conheçam as condições de produção" (FERREIRO, 2011, p.21)."
A Educação constitui um instrumento fundamental para o atendimento das necessidades de desenvolvimento da criança como ser humano ético e crítico, sendo dever do Estado garantir o acesso e permanência de todas as crianças em creches e escolas de ensino fundamental e médio, assegurando o atendimento de suas necessidades básicas (sociais, cognitivas, afetivas, físicas).
Tanto Piaget quando Vygotsky acreditavam que o desenvolvimento cognitivo da criança era construído a partir de suas relações com o meio, mas divergiam sobre o fator cultural, essencial para Vygotsky e pouco enfatizado por Piaget. Além disso, para Vygotsky era a aprendizagem que gerava o desenvolvimento mental, ao passo que para Piaget era o desenvolvimento mental que tornava o indivíduo capaz de aprender.
No entanto, respeitando e atendendo as características e necessidades de cada comunidade, a educação alfabetizadora tem como objetivo a socialização, preservando a individualidade do indivíduo. A Educação cumpre um papel socioeducativo próprio e indispensável ao desenvolvimento do indivíduo, valorizando as experiências e os conhecimentos que ela já possui e criando as condições para que socialize valores, vivências, representações, elaborando identidades étnicas, de gênero e de classe.
As concepções de aprendizagem da leitura podem ser definidas como o significado que o fenômeno possui para os alunos. Decodificar apenas não se traduz a saber ler. Para Soares (2003), ler representa a interpretação, a compreensão do que leu e do que a criança consegue associar com o mundo a sua volta.
Desde os primeiros anos, as crianças exploram e conhecem os elementos da linguagem visual e musical, pintando, esculpindo, criando, apreciando trabalhos de outras crianças e de artistas consagrados e visitando exposições, assistindo TV, acessando a internet, entre outras, ela está em contato com um mundo ativo, que não para de informar, por isso a escola também necessita inovar em sua prática.

2. METODOLOGIA

O estudo traçado para o desenvolvimento do artigo será uma pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias, de maneira que esta embase a argumentação a partir de estudos e pesquisas de autores sobre o tema ou afins.
A respeito deste tipo de pesquisa, Marconi e Lakatos (2007, p.185) destacam:
A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...].
A partir da leitura de autores como Camargo (2012), Ferreiro (2011), Castanheira, Maciel e Martins (2009), Libâneo (1994), Ferreiro e Teberosky (1995), entre outros, se buscará adquirir embasamento teórico, de maneira que se possam encontrar possíveis respostas e, assim, subsidiar o tema desenvolvido sobre as práticas de alfabetização na Educação Infantil.
Ratifica-se a pesquisa bibliográfica, classificando-a, conforme Marconi e Lakatos (2007, p.185), como exploratória, haja vista que tratará o tema e suas vertentes à luz de conceitos preexistentes.
[...] a bibliografia pertinente "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente" e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.
A partir das leituras realizadas, será desenvolvido o devido fichamento das mesmas para que se possa argumentar, conceituar e analisar, de maneira crítica, as ideias enfocadas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A CRIANÇA E A APRENDIZAGEM NA ESCOLA

A escola se apresenta para a criança como um dos principais espaços sociais, após seu lar. É no espaço escolar que ela desenvolve suas primeiras experiências sociais e também neste local que ela estará conhecendo outros conceitos, na maioria das vezes bem diferentes dos seus.
Essas divergências conceituais é que vão dificultar a aprendizagem, pois palavras, atitudes e cálculos, entre outros, estarão se apresentando nas aulas e pelo docente como de outra forma que a aprendida

no espaço em que a criança vive. Por exemplo, o troco vivenciado em casa e no armazém da rua são processos diferentes dos realizados na escola. Pois o contexto de vida não exige contas bem elaboradas ou mesmo que se "tire a prova", serão cálculos realizados através dos dedos ou com o uso da calculadora. Também na leitura, pois a interpretação da criança de uma palavra ou imagem depende das associações que ela faz.

Dessa forma, a criança conhece no contexto de vida, mas não consegue conhecer nas aulas dadas na escola, pois não se configura como significativo para ela.

Coll, Palacios e Marchesi (apud CAMARGO, 2012, p. 04) destacam que

[...] Ausubel considera evidente que a principal fonte de conhecimentos provém da aprendizagem significativa por recepção. A aprendizagem por descoberta e, em geral, os métodos de descoberta têm uma importância real na escola, especialmente durante a etapa pré-escolar e os primeiros anos de escolaridade, assim como para estabelecer os primeiros conceitos de uma disciplina em todas as idades, e para avaliar a compreensão alcançada mediante a aprendizagem significativa [...].

Aprender, na vida infantil, é conhecer e reconhecer. Vai muito mais além do que a escola imagina com suas sistemáticas e seus planos bem elaborados.

A aprendizagem para a criança ocorre quando ela entende o conteúdo como significativo, como algo que será útil em sua vida (FERREIRO, 2011).

Quando a escola ensina de forma conceitual e tradicional, com metodologias como: aulas expositivas, atividades em folha ou no quadro de forma mecanizada, a aprendizagem é mais complicada, pois necessita de que os alunos (crianças) abstraiam e isso na faixa etária de 05 a 06 anos ainda é complexo.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO DOS EDUCADORES/ALFABETIZADORES

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.19), a alfabetização e suas diretrizes estão pautadas por princípios decorrentes de estudos, pesquisas, práticas e debates desenvolvidos nos últimos anos", cujo objetivo principal é o de adequar o trabalho escolar a uma nova realidade, marcada pela crescente presença dessa área do conhecimento em diversos campos da atividade humana. Um norteador com a finalidade de fornecer elementos para ampliar o debate nacional sobre o ensino dessa área do conhecimento, socializar informações e resultados de pesquisas, levando-as ao conjunto dos professores brasileiros visando à construção de um referencial que oriente a prática escolar de forma a contribuir para que toda criança brasileira tenham acesso a um conhecimento matemático que lhe possibilite de fato sua inserção, como cidadão, no mundo do trabalho, das relações sociais e culturais.

Como decorrência, poderá nortear a formação inicial e continuada de professores, pois à medida que os fundamentos do currículo se tornam claros fica implícito o tipo de formação que se pretende para o professor, como também orientar a produção de livros e de outros materiais didáticos, contribuindo dessa forma para a configuração de uma política voltada à melhoria no ensino.

A prática mais frequente consiste em ensinar um conceito, procedimento ou técnica e depois apresentar um problema para avaliar se os alunos são capazes de empregar o que lhes foi ensinado. "Essa prática de ensino mostrou-se ineficaz, pois a reprodução correta poderia ser apenas uma simples indicação de que o aluno aprendeu a reproduzir, mas não aprendeu o conteúdo" (BRASIL, 1997, p.39).

As ideias básicas contidas nos PCN's refletem muito mais do que uma mudança de conteúdo uma mudança de filosofia de ensino e de aprendizagem. Apontam para a necessidade de mudanças urgentes, não só no que ensinar, mas principalmente na maneira de ensinar e avaliar. Os PCN's têm como objetivo tirar o professor do seu estado de comodismo, levando-o a refletir sobre sua prática pedagógica. À medida que se redefine o papel do aluno perante o saber, é preciso redimensionar também o papel do professor.

Numa perspectiva de trabalho em que considere a criança como protagonista da construção de sua aprendizagem, o papel do professor ganha novas dimensões. Uma faceta desse papel é a de organizador da aprendizagem; para desempenhá-la, além de conhecer as condições socioculturais, expectativas e competência cognitiva dos alunos, precisará recolher o(s) problema (s) que possibilita(m) a construção de conceitos/procedimentos e alimentar o processo de resolução, sempre tendo em vista os objetivos a que se propõe atingir (BRASIL, 1997, p. 40).

O professor é parte fundamental neste processo, ele não tem apenas o papel de expor os conteúdos, mas também é aquele que fornece todas as informações necessárias para que o aluno possa chegar ao aprendizado. Entre suas inúmeras funções o professor também é:

- Mediador, ao promover a confrontação das propostas dos alunos, ao disciplinar as condições em que cada aluno pode intervir para expor sua solução.
- Controlador, ao estabelecer as condições para realização das atividades e fixar prazos.
- Incentivador, ao estimular a cooperação entre alunos.

3.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO INFANTIL

Sabe-se que a criança é muito espontânea e possui uma capacidade bastante evoluída para aprender, entretanto, na Educação Infantil essa capacidade se reduz em relação ao ensino baseado em abstração, ela necessita de recursos concretos para que aprenda.

Para Castanheira, Maciel e Martins (2009) é preciso que as atividades voltadas à alfabetização e o letramento sejam planejadas e explicam sua relevância nesse processo:

A prática de ensino é uma ação intencional, que procura atingir determinados fins e, para ser realizada, apoia-se em conhecimentos sobre como funciona a realidade da sala de aula, nos conteúdos a serem ensinados, e no perfil dos alunos que são objeto desse ensino. Embora muitos profissionais conheçam como funciona a realidade das turmas de alfabetização as situações vividas quando o professor ensina a ler e a escrever são singulares, não se repetem e muitas vezes são imprevisíveis (CASTANHEIRA, MACIEL e MARTINS, 2009, p. 36).

A prática de utilizar materiais como folhas xerocopiadas ou caderno com planejamento de anos anteriores não pode ser utilizada pelo docente alfabetizador, pois como afirmam os autores acima, cada turma e cada aluno possui suas especificidades, sempre há diferenças que devem ser consideradas em alfabetização.

O planejamento deve ser uma ação conjunta, não apenas do professor alfabetizador, pois depende de aspectos materiais, organizacionais e profissionais (CASTANHEIRA, MACIEL e MARTINS, 2009).

Libâneo (1994, p. 222) destaca que o planejamento é um processo de organização da aula, a partir dele o professor coordena e racionaliza a atividade escolar, a aula. Para ele, a ação de planejar não está arraigada a simplesmente preenchimento de formulários:

[...] é, antes a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentada em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino).

Ao planejar a leitura, por exemplo, Ferreiro e Teberosky (1995) destacam que ela deve ser entendida como imagem, pois inicialmente a criança conhece as letras, as sílabas e as palavras, consequentemente, assimilando-as à grafia. Daí a importância de estimular o conhecimento das letras, sua junção. Ou mesmo, propor atividades que envolvam imagens conhecidas, letras do nome da criança, rótulos, desenvolver a leitura a partir de temas já conhecidos por ela.

As autoras afirmam que existe a associação entre o desenho e a escrita, e esta passa a ser decodificada pela criança, que depois a assimila e a leitura flui. O letramento surge a seguir, pois é o momento em que ela consegue ler e compreender o que leu. Essa leitura envolve palavras, textos, imagens e necessita de autonomia em relação ao que leu e de que forma o fez.

Castanheira, Maciel e Martins (2009) desenvolveram procedimentos que julgaram como necessários à organização das atividades:

No primeiro momento eles se organizaram de acordo com os conteúdos, como: a sequenciação e complexidade dos conteúdos; atividades com repertório diferenciado; e articulação de capacidades linguísticas e de conteúdos diferentes.

Também se agrupam conforme o tipo de atividades: abertas (na promoção e reflexão que exigem negociação de ideias e solução de problemas propostos); fechadas (realizadas com autonomia e de maneira individual); contextualizadas (se orientam pelas funções e usos da leitura/escrita); lúdicas (envolvem jogos, brincadeiras, divertimento e lazer).

O terceiro critério é quanto às formas de realização das atividades pelos alunos: diferenciadas (atividades diferentes realizadas pelos alunos ao mesmo tempo); coletivas (uma atividade que deve ser realizada com a participação conjunta de todos os alunos, respeitando o tempo de aprendizagem de cada um).

O último procedimento, conforme Castanheira, Maciel e Martins (2009) é em relação à participação dos alunos nas atividades de planejamento: em forma de decisões coletivas e a avaliação e (re)definição para as atividades seguintes.

Segundo os autores, esses procedimentos podem auxiliar na definição do planejamento, sobre quais atividades o professor deve inserir em suas aulas.

Na alfabetização, o tempo escolar deve ser bem aproveitado, por isso, além de planejar é mais relevante ainda replanejar, pois o que não for alcançado num dia pode ser em outro. O letramento é algo que surge sempre interligado à alfabetização, como que dependente dela, de maneira a que ela fosse sua raiz. Soares (2003, p.8) apresenta essa ligação entre a alfabetização e o letramento como:

[...] a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento.

Tanto a alfabetização quanto o letramento têm tempo para que a criança aprenda, e isto decorrerá por toda a sua vida, pois o tempo de aprender é contí-

nuo. O tempo escolar envolve a rotina, mas não se deve comparar esse tempo com o tempo de aprendizagem, uma vez que este envolve a maturação da criança, seu envolvimento e desejo em aprender. O mais importante é não perder de vista a sintonia entre o tempo escolar e o tempo de aprendizagem dos alunos. Deve-se considerar que os processos de alfabetização e letramento precisam ser trabalhados de forma contínua ao longo dos primeiros anos de escolaridade, sempre estabelecendo uma visibilidade dos objetivos de trabalho a serem alcançados e sistematizando as ações para concretizá-lo (CASTANHEIRA, MACIEL e MARTINS, 2009, p. 57).

Ao planejar e atuar, em sala de aula, é preciso ter em mente que os objetivos são projetados sobre a aprendizagem que se espera que os alunos obtenham e não e relação às expectativas e anseios do professor.

Kramer (1985) assegura que a pré-escola tem como missão contribuir com a escola, que será sua continuidade, dessa forma, é importante cuidar, brincar, mas também, e principalmente, se preocupar com o conhecimento das crianças, pois as aprendizagens serão pertinentes no Ensino Fundamental (a que a autora se refere como 1º Grau).

Existe uma preocupação e dúvida em relação a alfabetizar ou não as crianças na Educação Infantil, o que conforme Soares e Batista (2005) não é o mais importante. Entende-se que esse processo de alfabetização e letramento deva se iniciar nesta fase, prosseguindo na escola de Ensino Fundamental. A isso, explicam que para se alfabetizarem, as crianças precisam “ter o domínio” sobre algumas condições, e ainda lhe faltam algumas dessas condições. Não que seja impossível, mas que não haja necessidade de forçar os alunos à leitura fluente.

Para Soares e Batista (2005, p. 47):

[...] esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado, em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina o sistema de escrita e as capacidades básicas de leitura e escrita, mas aquele que sabe usar a linguagem escrita para exercer uma prática social em que essa modalidade da língua é necessária.

Nesse sentido, estar alfabetizado precisa envolver mais do que necessariamente ler. Importa que se compreenda o que leu e faça associações do que leu, utilizando-se do conhecimento em leitura para a aplicação nas relações que se estabelece com outras pessoas.

Atividades que desenvolvam a leitura na criança (na escola) da Educação Infantil precisam ser direcionadas pelo professor, pois esta ainda não tem autonomia com as palavras de modo amplo, mas restrito à sua capacidade cognitiva.

Para Soares (apud COELHO, 2010, p. 81):

As atividades de alfabetização e letramento devem desenvolver-se de forma integrada. Caso sejam desenvolvidas de forma dissociada, a criança certamente terá uma visão parcial e, portanto, distorcida do mundo da escrita. A base será sempre o letramento, já que leitura e escrita são, fundamentalmente, meios de comunicação e interação, enquanto a alfabetização deve ser vista pela criança como instrumento, para que possa envolver-se nas práticas e usos da língua escrita.

Assim, falar em alfabetização é tentar uni-la ao letramento, não como ações únicas, mas como forma de uma contribuir com a outra, complementando em suas necessidades e nas necessidades das crianças em conhecer, aprender e fazer uso em sua vivência escolar e extraescolar.

4. CONCLUSÃO

Quando o professor atua nas turmas de alfabetização e letramento ele precisa estar preparado para as dificuldades que pode encontrar em sua prática diária, pois como alertaram os autores, as situações de aprendizagem são imprevisíveis, e cada dia acontece de uma maneira.

A formação docente é um ponto relevante, pois a partir do conhecimento teórico o docente pode buscar subsídios que enriqueçam sua prática, contribuindo para um planejamento que abranja estratégias de ensino-aprendizagem focados em recursos concretos, como atividades lúdicas e em associações do conteúdo com elementos que os alunos conheçam fora do contexto da escola, ou até mesmo em seu interior.

Sobre o planejamento, entende-se que ele deve se realizar como forma de organização da prática, evitando improvisos e acrescentando novidades para que não se utilize de atividades ultrapassadas e que não atendam às necessidades da turma e dos alunos, pois cada um possui suas peculiaridades e devem ser respeitadas.

Importa que o professor tenha conhecimento de que os alunos aprendem a partir de aspectos sociais, ambientais e biológicos, pois umas crianças desenvolvem sua maturidade mais precocemente e outras demoram mais, estando ainda despreparadas para a alfabetização e o letramento.

Finalmente, destaca-se que ao alfabetizar e letrar uma criança, o professor precisa entender que não estará apenas a ensinando a decodificar letras, sílabas, palavras, muito mais, ela estará orientando a leitura de um cidadão que aprenderá a ler e compreender palavras, gestos, imagens, pessoas e o mundo, contribuindo para com as mudanças necessárias a seu favor.

5. REFERÊNCIAS